



Empresa de Pesquisa Energética

RELATÓRIO DE RESULTADOS 4º TRIMESTRE DE 2020

ÁREA DE CONFORMIDADE E
GERENCIAMENTO DE RISCO

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

A Empresa de Pesquisa Energética é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e instituída nos termos da Lei n° 10.847, de 15 de março de 2004. A EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE DIRETORIA

EXECUTIVA

Presidente

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira

Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

Giovani Vitória Machado

Diretor de Estudos de Energia Elétrica

Erik Eduardo Rego

Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Heloisa Borges Bastos Esteves

Diretora de Gestão Corporativa

Angela Livino Regina de Carvalho

Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos - CGR

Elzenclever Freitas de Aguiar – Gestor

José Ricardo de Moraes Lopes – Analista de Pesquisa Energética

João Pedro Mercês de Oliveira - Estagiário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros do Conselho de Administração

Presidente

Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior

Membros do Conselho de Administração

Aline Couto de Amorim

Evandro César Dias Gomes

Paulo Cesar Magalhães Domingues

Rafaella Peçanha Guzela

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira

CONSELHO FISCAL

Membros do Conselho Fiscal.

Alexandre Lauri Henriksen

Luís Felipe Monteiro Serrão

Rodrigo Sampaio Marques

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

Herbert Adriano Quirino dos Santos

Membros do Comitê de Auditoria

Joaquim Rubens Fontes Filho

Luís Carlos da Conceição Freitas

Membros do Comitê de Riscos (CGRIC-X)

Elzenclever Freitas de Aguiar – Presidente

CGR/PR

José Ricardo de Moraes Lopes – Secretário

CGR/PR

Claudia E. C. Bento – STI/DGC

Carlos Henrique Brasil de Carvalho – Ass/PR

Carlos Augusto Góes Pacheco – SDB/DPG

Deise dos Santos Trindade Ribeiro – Gab/DPG

Elisângela M. de Almeida – SMA/DEA

Fábio de Almeida Rocha – STE/DEE

Guilherme Fialho - DEE/SEG

Gustavo Naciff de Andrade – SEE/DEA

Joana D'arc de França Cordeiro – SGE/DEE

Lauro Damasceno – LIC/DGC

Luisa D. Ferreira Alves – CONJUR/PR

Luiza Lins Bellon – Estagiária/CGR

Marcelo Mendes de Brito Fernandes – SGP/DGC

Marcelo H. Cayres Loureiro – SEE/DEA

Mariana Goncalves de Azevedo Pacheco – SRF/DGC

Mariana Assis Espécie – Chefe de Gabinete/PR

Marilene Dias Gomes Motta – SMA/DEA

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
2. PRINCIPAIS RESULTADOS	4
3 DETALHAMENTO DOS RESULTADOS DOS PRINCIPAIS TRABALHOS	5
3.1 – Oficinas da ENAP: Matriz de Riscos Corporativos e Estratégicos.....	5
3.2 – Dia Internacional do Combate a Corrupção: CGR/Ouvidoria.....	6
3.3 – Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção	7
3.4 – Adequação a “LGPD”	8
3.5 – Relatório Trimestral de Gestão de Riscos	10
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório registra os principais resultados decorrentes da atuação da Área de *Gestão da Conformidade e Gerenciamento de Riscos* (CGR) no **4º Trimestre de 2020**. Esta tarefa foi realizada atendendo às *Políticas de Gestão de Riscos* (PDG-COA-008) e dos *Controles Internos da Gestão e da Conformidade* (PDG-COA-009) da Empresa pelo Conselho de Administração, e seguindo as novas regras do Artigo 125 do *Estatuto Social*, aprovado na 8ª Assembleia Geral Extraordinária, em 18 de dezembro de 2020, da *Carta de Governança* e do *Regimento Interno* do Comitê Executivo de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos da CGR.

Salienta-se que os projetos conduzidos pela área de CGR garantem e reforçam o alinhamento com o *Planejamento Estratégico Institucional* (PEI), atendendo ao objetivo do ciclo do PEI de 2021-2025, onde é mencionado que a CGR prima por:

“Fortalecer a cultura de governança, visando a consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado”.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS

A seguir estão listados os principais trabalhos executados pela área de CGR no 4º trimestre de 2020:

**Oficinas da ENAP:
Atualização da
Matriz de Riscos
Estratégicos**

**Dia Internacional
do Combate à
Corrupção :
CGR/Ouvidoria**

**Pacto Empresarial
pela Integridade e
Contra a Corrupção**

**Adequação a
"LGPD"**

**Relatório Trimestral
de Gestão de Riscos**

3 DETALHAMENTO DOS RESULTADOS DOS PRINCIPAIS TRABALHOS

3.1 – Oficinas da ENAP: Matriz de Riscos Corporativos e Estratégicos

Principais Ações Realizadas

- Término das oficinas de Gestão de Riscos
- Recebimento de Relatório enviado pela ENAP e validação por parte da EPE
- Revisão e aperfeiçoamento por parte das equipes envolvidas nas oficinas
- Revisão por parte dos integrantes da Diretoria Executiva
- Necessidade de aprovação por parte da DE e do CA.

Motivos

- Aperfeiçoar o ambiente de Gestão de Riscos Corporativos
- Atender diretrizes da Lei nº 13.303/2016
- Fortalecer a Governança Corporativa
- Atender recomendações da CGU

A área de Conformidade e Gestão de Riscos (PR/CGR) realizou no 4º Tri/2020 um processo de atualização da Matriz de Riscos Corporativos e Estratégicos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e de todo quadro gerencial da EPE.

Foram realizadas 8 oficinas contando com a participação estratégica de todo o corpo gerencial da empresa, envolvendo diretores, Superintendentes e equivalentes, uma representante do Conselho de Administração, e da presidente do Comitê de Ética da EPE.

O trabalho culminou em um relatório enviado pela ENAP e que serviu de base para a revisão e aperfeiçoamento do corpo gerencial da EPE. O documento encontra-se em revisão pela Diretoria Executiva da EPE devendo ser levado ao Conselho de Administração em sua reunião de abril de 2021.

3.2 – Dia Internacional do Combate a Corrupção: CGR/Ouvidoria

Principais Ações Realizadas

- Apresentação do Programa de Integridade da EPE (CGR)
- Apresentação dos principais aspectos do Fluxo de Denúncias na Empresa (Ouvidoria)

Motivos

- Ampliar a prevenção e o combate à corrupção
- Atuar como medida efetiva de mitigação do risco de quebra de integridade
- Atender recomendações normativas internas e externas sobre o tema

DIA NACIONAL DE Combate à Corrupção

 **10. DEZEMBRO**
 **9:30 ÀS 10:30**
 **TEAMS**



[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR!](#)

**OUVIDORIA
CGR**



POR QUÊ PRECISAMOS FALAR DE INTEGRIDADE E A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO?

Proporção de pessoas obtidas da lista de políticos
Por Unidade da Federação - 2017



35,5%
Proporção de pessoas obtidas da lista de políticos
Por Unidade da Federação - 2017

20,0%
Paraná

10,0%
Alagoas

34,5%
Outras UF's



09 DE DEZEMBRO
DIA INTERNACIONAL CONTRA A
CORRUPÇÃO
UM DATA PARA RELEMBRAR
SEMPRE

A área de Conformidade e Gestão de Riscos (PR/CGR) e a Ouvidoria da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) realizaram no dia 10 de dezembro de 2020, com apoio da alta direção da EPE, o evento em celebração e conscientização ao “Dia Internacional de Combate à Corrupção”.

O evento firmou a importância das questões relacionadas à Ética e Integridade cidadã e corporativa, assim como a prevenção e o combate à corrupção. Foram ressaltados os principais aspectos relacionados ao fluxo de denúncias da EPE.

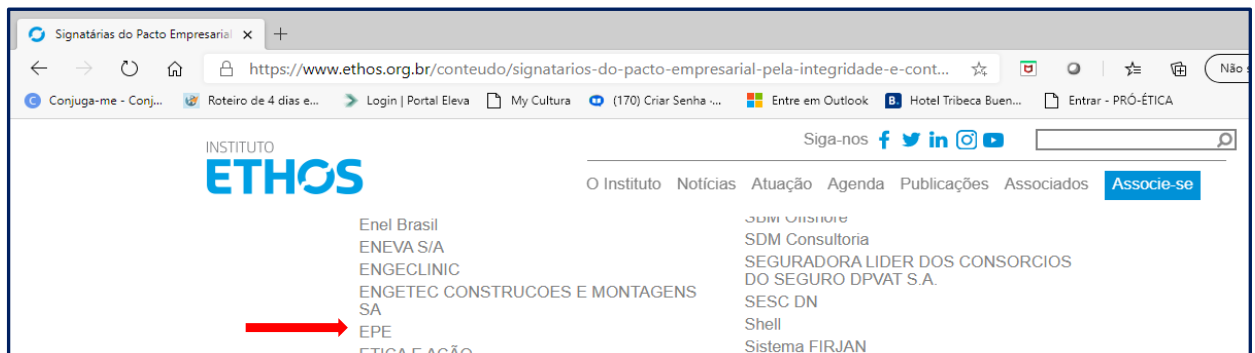
3.3 – Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção

Principais Ações Realizadas/Necessidades

- Inscrição e preenchimento de informações solicitadas para adesão ao Pacto Brasil Contra a Corrupção, mantido pelo Instituto Ethos

Motivos

- Reconhecimento do público sobre o grau de comprometimento da empresa com a prevenção e combate à corrupção
- Mitigação efetiva do risco de quebra de requisito de integridade
- Avaliação externa do Programa de Integridade da EPE
- Atender pré-requisito do projeto de participação no Empresa Pró Ética 2020-2021



3.4 – Adequação a “LGPD”

Principais Ações Realizadas/Necessidades

- 31/01/2020 - Criação do Grupo de Trabalho , liderado pela STI, para elaboração da proposta de tratamento sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com prazo de conclusão em 14/07/2020.
- Início das reuniões em 14/02/2020, com interrupção por ocasião da pandemia de COVID-19 e posteriormente, com a ocorrência do incidente cibernético.
- 06/08/2020 – Prorrogação de Grupo de Trabalho para elaboração da proposta de tratamento sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O prazo inicial foi postergado para 15/12/2020.
- 04/09/2020 – Retomada das reuniões do GT LGPD, apresentação do CGR sobre a LGPD
- Envolvimento do Gartner e utilização do material da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.
- Conversa com equipe LGPD do ONS.
- Encontros semanais do GT.
- Apresentação das conclusões do trabalho, para a DE em dezembro de 2020.
- Em 2021 deverão ser dados os passos necessários para a designação do Encarregado de Dados e prosseguimento das ações previstas pelo GT.

Motivos

- Assegurar conformidade com marco legal e normativo
- Aperfeiçoar a Governança Corporativa

Em 31/01/2020 foi criado Grupo de Trabalho liderado pela Superintendência de Tecnologia da Informação, para elaboração da proposta de tratamento sobre a LGPD, por meio da resolução 03/2020/PR/EPE, com previsão de conclusão em 06/07/2020. Teve sua primeira reunião em 14/02/2020, quando o grupo tomou conhecimento de um projeto de lei que alongaria o prazo de início de vigência da Lei para 2022. Poucos dias depois, o GT teve seu andamento prejudicado pela pandemia do COVID-19 e pela necessidade de implantação do trabalho em home-office.

Em 29/04/2020 foi editada a Medida Provisória nº 959, que estendeu o início da vigência dos artigos referentes às sanções administrativas para 01/08/2021, “em consequência de uma possível incapacidade de parcela da sociedade em razão dos impactos econômicos e sociais da crise provocada pela pandemia do Corona (SARS-COV 2) vírus”, segundo sua Exposição de Motivos.

A MP 959 foi posteriormente alterada pela Lei nº 14.010, de 10/06/2020, que confirmou o prazo para entrada em vigor das sanções administrativas para 01/08/2021. Com base nesse histórico a EPE estabeleceu novo prazo para apresentação dos trabalhos do GT, sendo determinada a data de 15/12/2020, para término dos trabalhos. O GT trabalhou com assessoria do *Gartner* e utilizou documentos de orientação. publicados pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

SÍNTESE
RELATÓRIO DE
GESTÃO DE RISCOS
DO 4º TRIMESTRE DE
2020

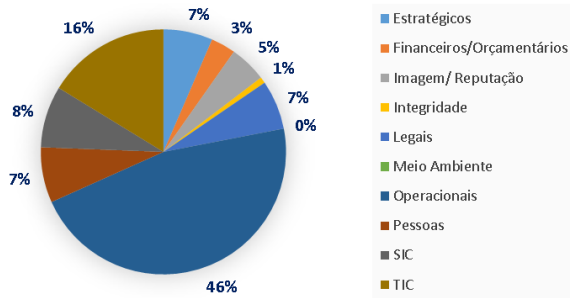
3.5 – Relatório Trimestral de Gestão de Riscos

Mapa de Calor

Riscos Inerentes		Probabilidade				
		Muito baixa (improvável)	Baixa (pouco provável)	Média (possível)	Alta (provável)	Muito alta (frequente)
Impacto	Desprezível			R1.1	R35	
	Baixo		R36;R81;R83;R84.2; R85;R87;R89;R89.1	R8; R34;R42;R77; R78;R79;R82; R83.1;R88;R99	R7;R38;R38.1 R39;R40;R41;R44 R74;R75;R76;	R32; R33;R43 R80
	Crítico		R3;R17;R28; R29;R86;R93;R100	R15;R16;R26;R48 R59;R60;R81.1; R81.2;R97;R107	R6;R27;R27.1 R31;R50;R94	R4
	Grave	R101	R1.3;R2.1;R2.2 R12;R14;R26.1; R84.1;R90.4;R90.5; R95;R106;R106.1	R3.2;R18;R19; R20; R22; R30;R45;R51; R54;R58;R91; R98;R102;R103; R108	R5;R9;R37;R47; R52;R53;R55;R57;	R1;R3.1;R56
	Gravíssimo	R21;R25; R61	R1.2;R2;R11; R23;R46;R49;R67;R68 R71;R72;R73;R84; R90.3R92;R96; R104.1;R104.2; R104.4	R10;R63;R65;R66; R69;R70;R90.2; R90.5;R105	R13;R24;R104;R104.3	R62;R64;R90; R90.1

Riscos Residuais		Probabilidade				
		Muito baixa (improvável)	Baixa (pouco provável)	Média (possível)	Alta (provável)	Muito alta (frequente)
Impacto	Desprezível	R.1.2; R14; R15; R16; R17; R18; R19; R20; R21; R22; R23; R24; R25; R26	R41; R44	R38; R43		
	Baixo	R8; R26; R30; R36; R37; R40; R45; R74; R76; R78; R79; R82; R82.1; R83; R84.2; R88; R87; R89; R89.1; R99; R100; R101	R7; R34; R39; R42; R75; R77;R90; R81; R83.1; R88	R31; R32; R33; R38.1		
	Crítico	R3.1; R26.1; R28; R29; R59; R60; R61; R86; R93; R98; R107; R107.1	R27; R48; R50; R81.1; R81.2; R94; R97	R4; R6; R9; R27.1		
	Grave	R1.1; R1.3; R1.4; R2.1; R2.2; R2.3; R3.2; R3.3; R58; R84.1; R90.4; R90.5; R91; R96; R102; R103; R106; R106.1; R108	R12; R47; R51; R52; R53; R54	R5; R55; R56; R57		
	Gravíssimo	R46; R49; R65; R66; R67; R68; R70; R71; R72; R73; R84; R90.3; R92; R96; R104; R104.1; R104.2; R104.3; R104.4; R105	R11; R13; R69; R90; R90.1; R90.2	R10; R63; R90.6		R62; R64

Categorias dos Riscos

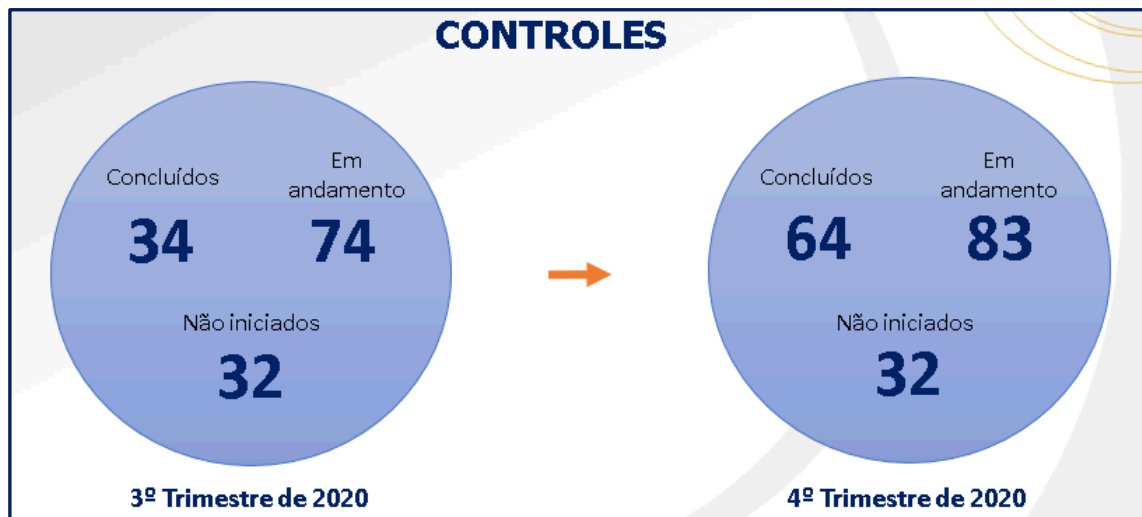


CRITICIDADE DOS RISCOS RESIDUAIS

Riscos	Quantidade
Baixos	76 → 77
Médios	42 → 51
Altos	2 → 5

3º Trim. 2020 4º Trim. 2020

CONTROLES



Principais aspectos levantados com o relatório de Gestão de Riscos

Área	Nº do Risco	Risco	Causa	Plano de tratamento proposto	Status
SMA – BEM QUERER	R10	Comprometimento à segurança e integridade física do empregado	* Exposição à doenças silvestres e endemias durante os serviços de campo * Acidente durante os deslocamentos aéreos, terrestres ou fluviais durante a realização dos serviços em região remota	1 - Contratar seguro de viagem incluindo remoção em caso de acidente. 2 - Contratar seguro de vida; 3 - Tornar obrigatória a adesão ao programa de vacinação do viajante (Fiocruz)	Não iniciados
SRF – Processo Efetuar Pagamentos	R62	Impossibilidade de realizar a Gestão Financeira pela manutenção de AGC sem Função Gratificada exercendo a natureza de Gestor Financeiro	1 - Falta da remuneração de função gratificada para a função de Gestor Financeiro.	1 - Atuação junto a diretoria executiva para alterar a estrutura organizacional da EPE; 2 - Envolver o contencioso e o RH para solucionar a situação inadequada.	Concluído
	R63	Insuficiências de recursos Financeiros para financiar todas as despesas da EPE.	1 - Baixa arrecadação de tributos; 2 - Estabelecimento de limites financeiros menores que os de empenho; 3 - Excesso de restos a pagar do exercício anterior; e 4 - Dependência do orçamento fiscal.	1 - Ajustar os planos táticos ao limite financeiro; Elaboração de manual de procedimentos pela equipe do financeiro. Participação de reunião mensal com o MME para tratar assuntos de acompanhamento financeiro e orçamentário, além da participação de grupo por email junto ao MME. Inclusão de grupos de whatsapp junto ao SPOA/MME, com informações tempestivas. Elaboração de Norma de pagamento Vencimentos de Dezembro antecipados com êxito.	Em andamento
SRF – Demonstrações Financeiras	R64	Insuficiência de profissionais com formação em ciências contábeis, na Equipe de Contabilidade.	1 - Movimentação externa entre empregados e servidores federais; 2 - Política de pessoal inadequada; 3 - Ausência de método para quantificação de Equipes; 4 - Ausência de definição do quadro ideal para cada unidade organizacional; 5 - Não realização de concurso público	1- Atuação junto a diretoria executiva para alterar a estrutura organizacional da SRF/EPE 2- Envolver a SGP para solucionar a situação inadequada 3- Automação dos processos 4- Capacitação permanente 5- Rodízio de pessoal (Não iniciado) 6- Captação de servidores federais através da movimentação externa para integrar o quadro contábil 7- Contratação de novos Contadores via Concurso Público	Em andamento
STI – Gestão de Riscos de TI/SIC	R90.6	Vazamento, perda ou destruição de informações	Exploração de vulnerabilidade de aplicativos disponibilizados ao público	Implantação de sistema do tipo IRM (Informativos Rights Management)	Não iniciado

Aspectos Relevantes

SEE

- Deslocamento do empregado Marcelo Cayres, para a área de Balanço Energético; Acordo com o IBGE; Verificação de possibilidade para acordos com a Petrobras e associações da indústria e comércio; Participação de Analista na CPADS visando dar maior consciência para a equipe dos aspectos relacionados ao tratamento do sigilo das informações.

SMA -
Solimões

- Decréscimo de 12 riscos: Em razão de Portaria ministerial do MME que finalizou o Projeto Solimões. **O projeto deixou de ser monitorado em razão de portaria Ministerial do MME no final de 2020.**

SGE –
Cap3. PDE

- O risco "Impossibilidade de gerar simulações por conta de limitação de recursos de hardware" perdeu o objeto devido ao aumento do cluster.

SGP

- A forma de encaminhamento desta ação está condicionada à algumas decisões institucionais relacionadas à adoção do trabalho remoto, em avaliação pela direção da empresa. Esta modalidade de trabalho, por suavez, possui rebatimento na forma de controle de jornada, no regramento vigente e na utilização ou não do módulo de controle de jornada do sistema integrado de gestão TOTVS, já adotado pela Empresa para a folha de pagamento, gestão patrimonial e gestão contábil. O módulo de ponto eletrônico da TOTVS não envolve investimento em aquisição de sistema, apenas na parametrização. Caso não seja aprovada a alteração do regramento, devido à limitação do sistema de controle de jornada da TOTVS, será necessária aquisição de outro sistema.

SEE

- Deslocamento do empregado Marcelo Cayres, para a área de Balanço Energético; Acordo com o IBGE; Verificação de possibilidade para acordos com a Petrobras e associações da indústria e comércio; Participação de Analista na CPADS visando dar maior consciência para a equipe dos aspectos relacionados ao tratamento do sigilo das informações.

SMA -
Solimões

- Decréscimo de 12 riscos: Em razão de Portaria ministerial do MME que finalizou o Projeto Solimões. **O projeto deixou de ser monitorado em razão de portaria Ministerial do MME no final de 2020.**

SGE –
Cap3. PDE

- O risco "Impossibilidade de gerar simulações por conta de limitação de recursos de hardware" perdeu o objeto devido ao aumento do cluster.

SGP

- A forma de encaminhamento desta ação está condicionada à algumas decisões institucionais relacionadas à adoção do trabalho remoto, em avaliação pela direção da empresa. Esta modalidade de trabalho, por suavez, possui rebatimento na forma de controle de jornada, no regramento vigente e na utilização ou não do módulo de controle de jornada do sistema integrado de gestão TOTVS, já adotado pela Empresa para a folha de pagamento, gestão patrimonial e gestão contábil. O módulo de ponto eletrônico da TOTVS não envolve investimento em aquisição de sistema, apenas na parametrização. Caso não seja aprovada a alteração do regramento, devido à limitação do sistema de controle de jornada da TOTVS, será necessária aquisição de outro sistema.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EPE apresentou um bom desempenho ao longo do 4º trimestre de 2020 nos aspectos relacionados aos temas de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos. Dentre as atividades realizadas destacam-se:

- A continuidade do projeto para consolidação de uma nova matriz de riscos estratégicos, onde a primeira fase teve início com a realização do ciclo de oficinas realizadas pela ENAP junto ao corpo gerencial da empresa. A segunda etapa culminará com a aprovação do documento no nível da Diretoria Executiva e, na sequência, no Conselho de Administração.
- A Adesão da EPE ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção reforçando os valores que conduzem as ações da EPE no que diz respeito à ética e Integridade, assim como a importância desse ato para a continuidade do processo de inscrição da EPE no Empresa Pró Ética 2020-2021, mantido pela CGU.
- O evento realizado para celebração do dia internacional do combate a corrupção, trabalho conjunto envolvendo a CGR e a Ouvidoria.
- A entrega do resultado do trabalho do GT estabelecido para nortear as ações que precisam ser tomadas pela EPE para adequação a LGPD. Ressalta-se a comunicação recebida por parte do TCU sinalizando que realizaria uma auditoria concernente a esse tema logo no início de 2021.
- A indicação de 5 riscos com fatores críticos de alta prioridade na matriz de riscos das Superintendências e que afetam sobre maneira a estratégia e operação da EPE. Dentre eles: a possibilidade de comprometimento à segurança e integridade física do empregado quando da realização de trabalhos de campo (UHE Bem Querer); a Insuficiência de recursos Financeiros para financiar todas as despesas da EPE; a insuficiência de profissionais com formação em ciências contábeis, na Equipe de Contabilidade, trazendo riscos para o processo de Demonstrações Financeiras; e a possibilidade de vazamento, perda ou destruição de informações, principalmente, considerando os fatores críticos, bem como, a continuidade dos ataques cibernéticos disseminados mundialmente contra a sociedade em geral e contra as empresas, sejam elas públicas ou privadas.

Além do detalhamento dos planos de tratamento dos cinco riscos críticos levantados denotam-se os aspectos relevantes de várias ações tomadas pelas superintendências, visando a mitigação dos riscos sob sua responsabilidade.

Por fim, ressalta-se a relevância de um efetivo processo de monitoramento dos riscos da EPE e da melhoria dos aspectos de governança e de como isso é salutar para a boa governança corporativa.